



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 37ª (TRIGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª
CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 37ª (trigésima sétima) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: nº 1/3740/2019 – Cons. Lúcio Flávio Alves. Foi lida e aprovada a ata da 36ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/259/2018 – Auto de Infração nº 1/201719130. RECORRENTE: BINNOS ALIMENTOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário, e decidir nos seguintes termos: **1- Quanto à alegação de ilegitimidade da atribuição de corresponsabilidade dos sócios da recorrente** - Afastada por voto de desempate do Presidente, sob o entendimento de que falta legitimidade à recorrente para defender direito dos seus representantes legais. Foram votos vencidos os Conselheiros Ricardo Ferreira Valente Filho, Felipe Augusto Araújo Muniz e Mikael Pinheiro de Oliveira que se pronunciaram nos seguintes termos: “Entendemos por acolher a preliminar de ilegitimidade dos representantes legais da empresa, haja vista que os mesmos não foram intimados pelo fiscal no momento da notificação, consequentemente quando da constituição do crédito tributário no fim do processo administrativo estes representantes serão responsabilizados judicialmente quando de uma possível execução fiscal, o que seria por demais injusto, pelo simples fato de não terem participado dos atos administrativos processuais, onde não exerceram o princípio da ampla defesa e do contraditório, fatalmente futuramente vindo a responder por essa dívida”; **2- Com relação ao pedido de decadência parcial, relativa aos fatos geradores anteriores a 07 de novembro de 2011, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN** – Afastado por unanimidade de votos, considerando que o presen-

te caso, é de obrigação acessória, aplica-se a norma do art. 173, inciso I, do CTN; **3- Quanto ao reenquadramento da penalidade para o disposto no art. 123, III, “u” da Lei nº 12.670/96** - Afastado, por unanimidade de votos, tendo em vista que a infração tipificada nos autos é de Nota Fiscal sem o selo fiscal de trânsito, no presente caso, é adequada a indicada pelo autuante; **4- No mérito**, a 3ª Câmara afasta a alegação da autuada de que não houve prejuízo ao erário público, pois a maioria dos produtos, de que trata a autuação, é sujeita ao regime de Substituição Tributária – atividade de panificação. Indeferem, também, os demais argumentos de defesa de mérito, por restarem ausentes elementos probatórios aptos a afastar a infração preceituada. Na sequência, por unanimidade de votos, resolvem dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada na instância singular e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o feito fiscal, excluindo da autuação a Nota Fiscal nº 40.646 por estar comprovado o cancelamento da operação, conforme fl. 82 dos autos e, para as demais NFs, aplicar o art. 123, III, “m” e art. 123, § 12 ambos da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017. Decisão nos termos do voto do Conselheiro relator em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e contrária a manifestação oral do representante da douda Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso o representante legal da recorrente, Dr. Aécio Mota de Sousa.

Processo de Recurso Nº 1/261/2018 – Auto de Infração nº 1/201719137. RECORRENTE: BINNOS ALIMENTOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão: Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário, e decidir nos seguintes termos: **1- Quanto à alegação de ilegitimidade da atribuição de corresponsabilidade dos sócios da recorrente** - Afastada por voto de desempate do Presidente, sob o entendimento de que falta legitimidade à recorrente para defender direito dos seus representantes legais. Foram votos vencidos os Conselheiros Ricardo Ferreira Valente Filho, Felipe Augusto Araújo Muniz e Mikael Pinheiro de Oliveira que se pronunciaram nos seguintes termos: “Entendemos por acolher a preliminar de ilegitimidade dos representantes legais da empresa, haja vista que os mesmos não foram intimados pelo fiscal no momento da notificação, consequentemente quando da constituição do crédito tributário no fim do processo administrativo estes representantes serão responsabilizados judicialmente quando de uma possível execução fiscal, o que seria por demais injusto, pelo simples fato de não terem participado dos atos administrativos processuais, onde não exerceram o princípio da ampla defesa e do contraditório, fatalmente futuramente vindo a responder por essa dívida”; **2- Com relação ao pedido de decadência parcial, relativa aos fatos geradores anteriores a 07 de novembro de 2011, nos termos do art. 150, § 4º, do CTN** – Afastado por voto de desempate da presidência, entendendo que no presente caso aplica-se o artigo 173, inciso I do CTN, uma vez que as Notas Fiscais não foram seladas e nem escrituradas pelo contribuinte, portanto, não cumpriu com sua atividade de informar o fato gerador, ao fisco. Foram votos vencidos, favoráveis a decadência, os Conselheiros Mikael Pinheiro de Oliveira (Relator), Ricardo Ferreira Valente Filho e Felipe Augusto Araújo Muniz; **3- Quanto ao argumento de impedimento do autuante por “bis in idem” com as infrações capituladas no Auto de Infração nº 201719130** - Afastado por unanimidade de votos, pois embora as autuações envolvam as mesmas operações, trata-se de fatos geradores distintos. O objeto da presente autuação é de obrigação principal e o Al 201719130 a imputabilidade é pelo descumprimento da obrigação acessória, não existindo, portanto, a ocorrência de “bis in idem”; **4- No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para

proceder sustentação oral das razões do recurso o representante legal da recorrente, Dr. Aécio Mota de Sousa. **Processo de Recurso Nº 1/260/2018 – Auto de Infração nº 1/201719141. RECORRENTE: BINNOS ALIMENTOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário, e decidir nos seguintes termos: **1- Quanto à alegação de ilegitimidade da atribuição de corresponsabilidade dos sócios da recorrente** - Afastada por voto de desempate da Presidência, sob o entendimento de que falta legitimidade à recorrente para defender direito dos seus representantes legais. Foram votos vencidos os Conselheiros Ricardo Ferreira Valente Filho (relator), Felipe Augusto Araújo Muniz e Mikael Pinheiro de Oliveira que se pronunciaram nos seguintes termos: “Entendemos por acolher a preliminar de ilegitimidade dos representantes legais da empresa, haja vista que os mesmos não foram intimados pelo fiscal no momento da notificação, consequentemente quando da constituição do crédito tributário no fim do processo administrativo estes representantes serão responsabilizados judicialmente quando de uma possível execução fiscal, o que seria por demais injusto, pelo simples fato de não terem participado dos atos administrativos processuais, onde não exerceram o princípio da ampla defesa e do contraditório, fatalmente futuramente vindo a responder por essa dívida”; **2- Quanto à alegação de ausência de provas da autuação** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que o auto de infração é claro quanto à acusação e que constam nos autos todos os documentos que embasaram a autuação, possibilitando o contraditório e a ampla defesa; **3- Quanto ao reenquadramento da penalidade para o disposto no art. 123, VIII, “d” da Lei nº 12.670/96** - Afastado, por unanimidade de votos, tendo em vista que a infração tipificada pelo autuante é específica e adequada ao presente caso; **4- No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso o representante legal da recorrente, Dr. Aécio Mota de Sousa. **Processo de Recurso Nº 1/258/2018 – Auto de Infração nº 1/201719129. RECORRENTE: BINNOS ALIMENTOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário, e decidir nos seguintes termos: **1- Quanto à alegação de ilegitimidade da atribuição de corresponsabilidade dos sócios da recorrente** - Afastada por voto de desempate do Presidente, sob o entendimento de que falta legitimidade à recorrente para defender direito dos seus representantes legais. Foram votos vencidos os Conselheiros Ricardo Ferreira Valente Filho, Felipe Augusto Araújo Muniz e Mikael Pinheiro de Oliveira que se pronunciaram nos seguintes termos: “Entendemos por acolher a preliminar de ilegitimidade dos representantes legais da empresa, haja vista que os mesmos não foram intimados pelo fiscal no momento da notificação, consequentemente quando da constituição do crédito tributário no fim do processo administrativo estes representantes serão responsabilizados judicialmente quando de uma possível execução fiscal, o que seria por demais injusto, pelo simples fato de não terem participado dos atos administrativos processuais, onde não exerceram o princípio da ampla defesa e do contraditório, fatalmente futuramente vindo a responder por essa dívida”; **2- Quanto ao reenquadramento da penalidade para o disposto no art. 123, III, “u” ou para o art. 123, VIII, “d”, todos da Lei nº 12.670/96** - Afastado, em razão de que há penalidade específica para o caso; **3- No mérito**, a 3ª Câmara afasta a alegação de que não houve prejuízo ao erário público, pois a maioria dos produtos, de que trata a autuação, é sujeita ao regime de Substitui-

ção Tributária – atividade de panificação. Na sequência, por maioria de votos, resolvem dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada na instância singular e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o feito fiscal, reequadrando a penalidade para a inserta no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96. Decisão nos termos do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro Alexandre Mendes de Sousa, que fica designado para lavrar a resolução, mas em desacordo como parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado se manifestou em sessão pela procedência da acusação fiscal, de acordo com a decisão singular e confirmando o Parecer da Assessoria Processual Tributária. Foi voto divergente o da Conselheira relatora Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votou adotando o entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente, para proceder sustentação oral das razões do recurso o representante legal da recorrente, Dr. Aécio Mota de Sousa. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 16 (dezesesseis) de dezembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA